

A EPOCHA.

PERIODICO POLITICO E LITTERARIO.

MONARCHIA, ORDEM E LIBERDADE.

A EPOCHA não tem por ora dia certo para a sua publicação, e subscreve-se na Typ. de J. A. G. de Magalhães a 2500 réis por trimestre (13 números) pagos adiantados. Na mesma Typ. vende-se a 200 réis cada folha avulsa, e se recebem as correspondências, que deverão ser dirigidas aos redactores da EPOCHA.

As correspondências serão publicadas gratuitamente mas devem ser bem escriptas, e sem insultos pessoais. Não se discutir a vida privada de ninguém.

PARTE OFFICIAL.

O Presidente da Provincia aquem foram presentes dois officios com data de 18 do corrente mez assignados pelo Presidente, tres Vereadores, e um Supplente da Camara desta Cidade, e outro com data de 19, tambem assignado por cinco Vereadores, tomando em consideração a exposição que em cada um delles se faz das questões que se suscitaraõ na Sessão daquelle dia 18 sobre a composiçã da mesma Camara, do modo como foraõ rezolvidas, e dos disturbios em consequencia dos quaes se levantou a dita Sessão sem que ficassem declaradas na Acta as deliberações da legitima maioria, tem rezolvido o seguinte:

1.º Que sejam remettidos os mencionados officios ao Chefe de Policia para que proceda na forma da Lei contra as pessoas, que commettendo algum ou alguns dos crimes especificados nos Arts. 103, 104 e 105 do Código Penal, a que se refere o art. 106, perturbaraõ os trabalhos da Camara, e embaraçaraõ o exercicio de suas funcções a ponto de tornar-se indispensavel a providencia de levantar-se a Sessão por ordem da Presidencia da Provincia; e que ao mesmo Chefe de Policia se recomende a observancia do art. 157 do Código do Processo a respeito de qualquer crime de responsabilidade que conste ter sido commetido por algum dos Membros ou Empregados da Camara.

2.º Que fique suspensa e sem ef-

feito a deliberação pela qual foi excluido o Vereador Joze Raimundo de Azevedo Amorim que se achava em effectivo exercicio em virtude do officio da Presidencia de 26 de Maio pp., até que sejam definitivamente resolvidas pelo Governo Imperial as duvidas que occorreram não só a respeito da legalidade com que foi decidida essa questão pelo voto de qualidade do proprio Presidente da Camara que a propozera, rejeitando-se o muito rasoavel alvitre de submette-la novamente ao conhecimento do Governo, como indicou um dos Vereadores, mas tambem a respeito da mudanca de domicilio daquelle Amorim que servio de fundamento a tal deliberação visto que os documentos com que se pretende provar este facto sendo em grande parte destruidos por outros, que tambem foram presentes ao Prezidente da Provincia, não parecem sufficientes para privar do cargo de Vereador o cidadão, que não requereu a sua excusa, que não foi substituido pela maneira prescripta no art. 20 da Lei de 1.º de Outubro de 1828 e que se apresenta prompto para exercê-lo.

3.º Que deve a Camara continuar a reconhecer como seo legitimo Prezidente o Coronel Izidoro Jansen Pereira, não obstante as allegações que em contrario apresentam os cinco Vereadores que assignaraõ o officio de 19 do corrente, pois que as certidões em que se declara que elle não está arrolado como Fregues da Parochia da Sé, que muito antes do anno de 1840 deixou de ser ali

inscripto no rol dos confessados, que tambem não pertence a da Conceição, e que em 1847 desobrigou-se na Fazenda de Santa Cruz da Freguezia do Coroaã, não podem provar que elle tenha mudado seo domicilio desta mesma Capital, onde reside, como he publico e notorio, e onde tem constantemente exercido aquelle cargo de Presidente da Camara, alem de ser aqui nomeado e reconhecido Eleitor no anno de 1848, sendo igualmente certo que a falta de inclusão de seo nome na ultima lista dos Jurados explica-se pela disposiçã do art. 23 do Código do Processo, em virtude da qual estava exceptuado por ser Deputado a Assembleia Geral Legislativa, e que a qualidade de Coronel Honorario sem exercicio algum militar tambem o não inhiibe de servir o Cargo de Vereador como ja decidio o Governo Imperial em Aviso de 21 de Março de 1838.

O que communica aos Srs. Presidente e mais Vereadores da mesma Camara, para que scientes destas decizões prosigã em seus trabalhos que se interromperaõ no referido dia 18, recomendando-lhes outro sim a fiel execuçã do Aviso do Ministerio do Imperio de 27 de Fevereiro de 1847 a vista do qual não deviaõ ser publicados, como foraõ em alguns Jornaes desta Capital, dois dos supra citados officios antes de estar rezolvida pelo Governo a questão sobre que versaraõ. Palacio do Governo do Maranhão 23 de Junho de 1849.

(Assignado) *Herculano Ferreira Penna.*

Querem-na mais clara?

—Fica acima transcripta a Portaria pela qual S. Exc. resolveo os negocios da Camara Municipal occorridos na sessão do dia 18.

O pismo e a indignação de que ficaram todos possuidos á vista de tão revoltante decisão, excedem toda a expressão, e devem de produzir na Provincia a convicção de que um poder occulto governa a presidencia, porque S. Exc. compenetrado da razão e justiça que nos assistem, faltou-nos com essa justiça, e, ainda mais, postergou a dignidade da presidencia, curvando-se unicamente ás inspirações da Camarilha, que em seu nome, e com o seu apoio está desmoralisando e opprimindo a Provincia, por se não querer sujeitar ao seu jugo tyrannico e odioso.

Antes de consagrar-mos algumas reflexões a solução dada á questão n'essa celebre Portaria, cumpre observar que S. Exc. na exposição do assumpto contheudo nos officios da Camara, logo desde o principio procurou despoja-la da consideração, que lhe he devida. Quem officiou a S. Exc. não foi o Presidente com trez Vereadores e um supplente, mas sim a Camara Municipal da Capital. Esta compunha-se do numero legal e completo dos membros que podem n'ella funcionar, mas tendo occorrido duvidas acerca da admissão do Sr. Amorim, a questão foi á final decidida contra elle por cinco votos contra quatro, contando-se n'aquelles o voto de qualidade do Presidente, porque o Sr. Amorim não podia tomar parte na questão que lhe era pessoalmente relativa. A deliberação pois foi tomada legalmente, e quaesquer que fossem os fundamentos della, que bem poderiam não ser rasoaveis e justos, isto nada tinha com a obrigação, que corria a presidencia de reputar essa decisão e os officios, que li'a communicavaõ, como actos da Camara deliberados legalmente.

Esses officios pois devião de ser reputados como partindo de uma auctoridade no exercicio legal de suas attribuições, e não como órgãos de meros individuos que não constituíam a corporação. Mas se S. Exc. assim os considerasse, ficarião para logo compromettidos os interesses do grupo, que o cerca, e não haveria uma tangente por onde

se pudesse escapar a presidencia sem ferir as susceptibilidades dos seus amigos e correligionarios Bem-tevis, que alias pela imprensa da Provincia são reputados os unicos provocadores desse drama, que ia produzindo as mais funestas consequências. O Presidente da Camara, trez Vereadores, e um supplente mais votado chamado para funcionar na vaga do Sr. Amorim, cuja exclusão havia sido competentemente deliberada, são membros legaes da Camara, constituem-na, e os officios, em que elles tiverão parte, são tambem tão legaes, como o serião quaesquer outros em que tivesse intervindo o numero completo de Vereadores de que deve constar a Camara deste Municipio, embora depois não tivessem querido assigna-los os quatro Vereadores refractarios que constantemente anarchisaraõ a sessão e procuraraõ invalidar tumultuariamente as decisões legaes da Camara, auxiliados pela petulancia e audacia do Secretario, por quanto se alguma injustiça havia n'essas decisões, ali estava o recurso da lei para o Governo, e não era mister que se produzissem para esse effeito no recinto da Municipalidade scenas de tumulto e anarchia, nem que tão grande apparatus de força publica ou enviada pelo Sr. Presidente da Provincia, ou empregada caprichosamente pelas auctoridades policiaes pertencentes á mesma parcialidade politica, viesse evitar a exclusão do Sr. Amorim, que poderia ser depois annullada pelo Governo, como foi, bem que injustamente, acto esse a que se submeterão logo nossos amigos, como homens de ordem, appellando para a definitiva decisão do Governo Imperial, em cuja rectidão, sisedade e dignidade assás confião.

Acresce ainda á isto a hypocrisia com que S. Exc. adverte que se devia adoptar o arbitrio proposto por um dos Vereadores de se levar novamente essa questão ao conhecimento do Governo, por quanto para que assim procedesse a Camara, fora mister que por muitos dias antes não tivesse estado nas mãos da presidencia uma representação a tal respeito, que S. Ex. não teve animo de resolver entregando-a sem despacho.

Cumpre tambem fazer notar que S. Exc. cahio em uma triste con-

tracção observando, que os dois primeiros officios dirigidos á presidencia não devião ser publicados antes de estar resolvida pelo Governo a questão sobre que versavaõ, querendo agora suppôr esses officios como enviados pela Camara, quando no principio da sua Portaria não quiz por taes reconhece-los.

Vamos agora ás decisões da presidencia.

Quanto a 1.^a, entendemos que foi justo o alvitre adoptado de se enviar ao Sr. Chefe de Policia os papeis que subiraõ á presença do Governo, tendentes ás occorrencias desse dia, á fim de serem processados os individuos, que perturbaraõ os trabalhos da Camara, e embaraçaraõ o exercicio de suas funcções: mas não podemos deixar de reputar infeliz a lembrança de fazer do Sr. Chefe de Policia o canal mais proprio para remetter ás auctoridades competentes copias de todas as peças que involverem crimes de responsabilidade, á fim de que ellas procedaõ contra algum ou alguns dos membros ou empregados da Camara, que os tenhaõ por ventura commettido. Não quizeramos que a iniciativa fosse do Sr. Chefe de Policia mas de S. Exc., uma vez, que esses papeis chegaraõ primeiro ás suas mãos. Convem que a presidencia tome ostensivamente a responsabilidade de seus actos e não se acovarde em presença do cumprimento de seus deveres quaesquer que sejam. Mas teria S. Exc. coragem para mandar responsabilisar o Sr. Paço, unico motor dos disturbios, que occorreraõ n'esse dia de sessão? S. Exc. quer as vezes ostentar firmeza e energia, mas entra logo no palacio do Governo o Sr. Paço, reúne-se o club, e em presença do Governo, os homens da ordem, os Saquaremas do dia, comecaõ logo a fallar em revoluções, em punhaes, em mortes, e eis logo S. Ex. todo tremulo e convulso ante o poder magnetizador do Sr. Paço, e constricto e humilhado á vista do seu enorme crime de querer ser o Presidente da Provincia, e não o instrumento de um partido.

Quanto a 2.^a decisão, he aonde mais sobre-sabem a má fé e parcialidade da presidencia acompanhadas da mesma covardia. S. Ex. conhece a justiça, mas não teve a coragem necessaria para adoptar o partido da justiça. Provou-se com

documentos irrefragáveis, vid. o 1.^o n. deste jornal, que o Sr. Amorim havia mudado de domicílio porque desde 1847 deixou de ser contemplado como freguez de qualquer das Paróchias da Capital, nem foi aqui qualificado votante, nem jurado, ao mesmo passo que durante a sua longa ausência de trez annos no Codó foi sempre ali considerado como domiciliário por ter sido votante, e jurado n'esse termo tendo até funcionado em varios processos crimaes como juiz de fato. Entre-tanto não se peijou o Governo de reputar interinamente Vereador o Sr. Amorim até definitiva decisão do Governo Imperial a pretexto de uns documentos que lá em segredo lhe forão mostrados. Mas como o Estandarte parece o órgão genuino dos sentimentos de S. Exe., e n'elle forão publicados alguns documentos com que se procurou destruir os fundamentos da decisão da Camara, passaremos a analysa-los porque até deste modo ficará ainda mais patente a boa fé dessa triste representação pela qual a Camarilha arranco a presidencia uma solução tão miseravel em uma questão importantissima.

1.^a ineptia: o Sr. Amorim he domiciliário da Cidade porque em presença da Constituição do Bispo da nota mais natural do que não tomar a rot o Vigario aquelle que na Septuagesima não se acha na Freguezia.

Entre-tanto vejão-se as certidões dos Vigarios da Sé e Conceição em que se baseou a Camara, e achar-se-ha que elles não dão lugar a essa miseravel coarctada porque muito explicitamente affirmão, um, que o cidadão Amorim residio nesta Cidade até o anno de 1847 tempo em que mudou de residencia para o Codó, e outro, que elle nunca foi parochiano da Conceição, mas que segundo informações que teve, foi estabelecer domicilio no Codó. Acresce ainda a isto que se essas duas certidões nada provaõ, como por outras da mesma natureza se pretendeo provar, que o Sr. Coronel Izidoro não he domiciliário desta Cidade, bem que n'ellas se não affirmo, como nas outras, esta circumstancia?

2.^a ineptia: o Sr. Amorim he domiciliário da Capital desde 1846 porque a certidão do Sr. Escrivão Rosa he falsa por ser o Sr. Rego o Escrivão da Subdelegacia da Sé

e do Juiz de Paz da 1.^a De facto da mesma Freguezia, quando o Sr. Rosa certifica inqualidade de escriptão de Paz da Freguezia da Conceição acerca da qualificação relativa a esta Freguezia, e não a da Sé, acrescendo que temos documentos para até mostrarmos que o Sr. Rosa foi Escrivão interino da Subdelegacia da Sé durante o impedimento de molestia do Sr. Rego n'esse mesmo tempo.

3.^a ineptia: o Sr. Amorim he domiciliário da Capital, porque sendo notificado para servir de Juiz de facto no Jury do Codó, como o attesta o proprio Juiz de Direito de seu tempo, do seo mesmo partido, declarou que era domiciliário desta Cidade, e servio nada obstante no mesmo Jury, como se essa simples declaração fosse bastante para se estabelecer e firmar o domicilio de uma pessoa. Se assim fosse, bem estarião todos os Jurados do Codó e Maranhão, dizendo estes que tinham domicilio no Codó e aquelles no Maranhão para assim deixarem de servir como Jurados.

4.^a ineptia: o Sr. Amorim he domiciliário desta Capital, porque o Sr. Coutinho, que não era o unico membro da junta revisora, declara, que a Junta não deu ordem ao Sr. Escrivão Gathardo para por á margem do nome deste Sr. em 1847 a nota de haver mudado de residencia, entretanto que ha-existe essa declaração, que de mais disso he corroborada pelo facto de ter servido n'esse mesmo anno o dito Sr. Amorim no Codó, como Juiz de facto em um processo crime, e ter tambem la sido qualificado votante, como consta da lista dos votantes da Freguezia do Codó remettida a Presidencia, e existente na respectiva Secretaria.

São estes os documentos que na esclarecida e imparcial opinião de S. Exe. destruirão em grande parte os solidos fundamentos em que se baseou a decisão da Camara! Certo ao le-los não podemos conter o riso, porque nos parecerão ainda mais extravagantes do que os extravagantes e disparatados sonhos de um enfermo.

Custa a erer que rasões desta ordem tivessem indusido o Governo a dar uma decisão tão contraria a justiça! Custa ainda mais a erer que a Presidencia se arrojas-se a fazer uma tal affronta á intelligen-

cia de uma Capital tão illustre, como esta, resolvendo por tal modo a questão—Amorim—com pretexto de uma Representação tão inepta como a que lá publicamos no Estandarte de 27 de maio. Não seada em documentos acausados ineptos!!!

—Representação da Junta da Camara da Capital, e apurar de alguns pontos do collegio, com que não podemos concordar, e de justiça da camara que esse artigo nos satisfaz.

A posição do collegio na arena do personalismo he a de um escriptor inepto, e esta é ainda uma razão para se dever apreciar as considerações do contemporaneo relativas aos negocios da nossa Municipalidade.

O collegio reconhece que ha muita fundamentação para a exclusão do Sr. Amorim em presença dos documentos em que se baseou a Camara, visto acharem por el. é provado que o dito Sr. Amorim mudou o domicilio. Reconhece mais, em 2.^a a Camara da Camara reconhecer a incompetência da Camarilha de la apellar dessa exclusão para o Governo, e não pertencer a sessão com a admissão tumultuaria do Vereadores intensus, e com o facto de tomar o Secretario parte na discussão arrogandose um direito que só compete aos Vereadores. Reconhece enfim, que o facto, a que se enconsta a administração provincial não offerece o menor ponto de accordo com o credo do Gabinete actual, pelos elementos heterogeneos de que se compo, e o trazem sempre em uma continua excentricidade com a politica do mesmo Gabinete.

Por tanto na esclarecida opinião do collegio os disturbios ocasionados na Camara Municipal, de que se tem occupado a imprensa, partição do lado da Camarilha, o Exm. Sr. Penna não correspondem ao pagamento do Governo, espalhando a confusão e os interesses de um grupo, cujos principios estão em opposição com os do Gabinete, e a posição directa rascavel, que deve occupar a administração provincial no actual estado de coisas talvez produzido pela politica desconcertada de S. Exe. he collocar-se no centro de todos os partidos, não se deixar por elles governar, mas dominar-los.

As reflexões do collegio são hastantemente judicioas. Filhas da opinião de um escriptor inepto, bastariaõ só ellas para completamente destruirem as futeis allegações dessa miseravel representação, fructo de ignorancia e má fé que a Camarilha fez chegar á presença da presidencia, e na qual os factos occorridos no recinto da Camara Municipal forão sobre-maneira desfigurados.

Compree-dos agora indicar os pontos em que desconcertamos do collegio. O contemporaneo julga irregular o acto da Camara sobre a exclusão do Sr. Amorim entendendo que essa exclusão devia partir da primeira autoridade da Provincia, e não da Camara, que elle considerava incompetente para a vista da lei de 1.^a de Outubro de 1839 differir essa exclusão, que não está comprehendida em nenhum dos casos na

mesma especificados. Permitta porem o collega, que lhe observemos não ser essa a intelligencia, que se ha dado constantemente a lei, não pôr nesta como em todas as demais Provinces do Imperio e até na Corte. S. Exc. mesmo quando resolveu a questão do Sr. Amorim não contestou a Camara esse direito. Pela lei citada nenhuma ingerencia pode ter o Presidente da Provincia nos actos da Camara Municipal senão por via de recurso na conformidade do art. 73 da mesma Lei. Era mister, pois, que o acto da exclusão do Sr. Amorim partisse da Camara, cabendo a S. Exc. o direito de resolve-lo definitivamente, se este cidadão sentindo-se agravaado pela deliberação da Camara recorresse para S. Exc. Esta he uma questão de economia com que nada tem o Governo, salvo se nas deliberações desta natureza dá-se offensa de direitos, e alguém que se julgar prejudicado recorrer para o mesmo Governo.

Tambem não concordamos com o collega quando nos confunde com esse grupo tão odiado na Provincia, e nos empresta os mesmos principios e excentricidades, que notou na Camarilha. Já muito antes da elevação do Gabinete de 23 de Setembro, quando aceitamos a candidatura de um eminente Estadista do Paiz, por occasião da eleição de Senador a que se procedeu ultimamente n'esta Provincia, assás demonstramos quaes erão nossos sentimentos politicos, e agora por esta folha acabamos de enunciar-las explicitamente. Repetimos e repetiremos ainda muitas outras vezes para que o Paiz todo nos ouça, entre nós e a Camarilha não existe o menor ponto de contacto na politica. Nunca em tempo algum escrevemos na bandeira politica do nosso partido o principio da resistencia armada ás autoridades constituidas, nunca proclamamos na tribuna da Assembléa Provincial a separação do Norte, nunca applaudimos e acoroçamos os movimentos revolucionarios de que tem sido theatro o nosso Paiz.

Tambem não he exacto o collega quando attribue a Camara sobre a exclusão do Sr. Amorim motivos alheios aos verdadeiros interesses da Municipalidade. O procedimento, da Camara n'esse negocio basta para justifica-la dessa imputação. Do lado da maioria que deliberou essa exclusão partio antes della uma representação ao Governo da Provincia sobre a justiça dessa exclusão, e S. Exc. a quem foram apresentados os documentos que comprovavam a mudança de domicilio do Sr. Amorim teve em seu poder muitos dias essa representação e por fim nada resolveu! A S. Exc. pois, e ao lado a que elle se encoisou he que devem de ser attribuidos esses motivos na direcção dos negocios municipaes, porque ao primeiro fallou a energia necessaria para resolver a questão como a justiça pedia que ella fosse resolvida, e ao segundo falta o apoio da população para sahir victorioso no pleito eleitoral que vai occupar a Provincia, e porisso precisa de recorrer a trapaça para o que se torna indispensavel organisar-se a todo o custo uma maioria na Municipalidade. Cumpre notar que quando os Vereadores da maioria recorrerão á decisão de S. Exc. antes da sessão do dia 18, não foi porque se não julgassem com direito de resolver essa questão, mas sim para dar ao Paiz um testemunho de seus sentimentos ordeiros, pondo nas mãos de S. Exc., que alias havia já assignado com a Camarilha um compro-

misso politico, a decisão qualquer que fosse desse negocio, desejando que tudo partisse da 1.^a autoridade da Provincia para que não parecesse dictado pela politica, se o acto emanasse exclusivamente da Camara.

Concluiremos declarando ao collega que elle hoje se acha em posição de prestar um serviço importante ao Paiz, fazendo ver á administração provincial a necessidade de se collocar ella no centro dos partidos, porque em verdade he este o pensamento do Gabinete actual visto que não foi possível realisar-se a conciliação que descejava entre os partidos para de uma vez acabarem esses odios e animosidades que tem sido tão fataes a Provincia.

Cumprimento de uma palavra.

—Procuettemos analysar a declaração feita pelo Exm. Sr. Penna no Estandarte de 24 do mez findo, pela qual S. Exc. assegura que não he candidato na eleição a que se vai proceder. É pois chegada á occasião de cumprirmos a nossa promessa.

Dissemos que os factos desmentão as palavras de S. Exc. He isto uma verdade. Percorramos se os actos da administração provincial desde o fatal momento em que S. Exc. entrou no exercicio do seu cargo, e ver-se-ha que não existe um só acto de S. Exc. que não tenha sido dictado pelo capricho ou pela vingança dos especuladores que tem sabido captar as boas graças da presidencia, e encaminhado a entregar a Provincia ao dominio desses homens.

Como pois tem S. Exc. a coragem de asseverar á face de uma população inteiramente convencida do contrario, que não he candidato, porque quer collocar-se no centro dos partidos e governar bera a Provincia?

Entende S. Exc. que para fazer uma boa administração não deve esposar a causa de um partido, mas sim collocar-se no centro dos partidos, e fazer justiça á todos. E será isto o que tem feito S. Exc.? Certo que não. O Exm. Sr. Penna só tem sido até hoje um instrumento da Camarilha que o domina.

Chegou a esta Provincia e dentro em poucos mezes de governo as demissões vão subindo a um numero espantoso. Forão demittidos quasi todos os Delegados e Subdelegados e supplentes destes, que existão, e nomeados para esses cargos pessoas ou ineptas, ou criminosas ou não residentes nos districtos: alterou-se a ordem dos supplentes dos Juizes Municipaes, demittiram-se com manifesta injustica guardas d'Alfandega, officiaes benemeritos do corpo de Policia que haviam feito relevantes serviços, introduzirão-se na Camara Municipal, como Vereadores, cidadãos que já haviam perdido este cargo, forão approvadas umas eleições municipaes em que por decisão do Governo intervierão Eleitores annulladas pela Camara dos Deputados, sendo excluidos de funcionar os legítimos eleitores, procedeo-se por ordem da presidencia ao mais violento e descomedido recrutamento, não se tinha respeito as izenções da lei, não se recrutava para o serviço nacional, mas para se dar pasto a uma vingança, para se aberrar a população e trazê-la foragida, porque não quiz o povo comparecer nas reuniões eleitoraes do Sr. Maia, obrigão-se as pessoas que pretendem trabalhar no canal do Arapahy a apresentarem um attestado de conducta do Subdelegado do districto, isto he, um attestado dos sentimentos politicos que professão, se estão ou não

promptos a votar no Sr. Paço, ou no Exm. Sr. Penna, são demittidos em massa os empregados da Camara Municipal, e S. Exc. fica impassivel espectador de taes escandalos sem reparar a injustiça feita aos que para o Governo recorrerão dessas miseraveis decisões, são recrutados a porta da Repartição das Obras Publicas alguns trabalhadores do canal do Arapahy, que vierão receber seus jornaes, porque não tinham ido jurar sobre a espada nos clubs da presidencia: nomeão se novos supplentes de Juizes Municipaes sem se ter ainda acabado o quadriennio dos antigos, dão se informações inexactas para o Governo Imperial, afim de se poder obter os despachos para certos individuos, prejudica-se o direito de outros com maiores habilitações, não se enviando para a Corte seus Requerimentos que ficam retidos e demorados na Secretaria da Presidencia para não entrarem em concorrência, dão-se passagens do Estado nos Vapores a individuos criminosos para que sejam subtraídos a acção da Justiça, emfim tem S. Exc. feito e fará tudo quanto exigir a Camarilha que o traz inteiramente subjugado. Ainda não vimos tanto desembarco, e ao mesmo tempo tanta incapacidade, como o desembarço e incapacidade de que tem dado tão sobejas provas S. Exc. n'este seu ominoso governo.

Será isto collocar-se no centro dos partidos, e fazer justiça a todos, como promette S. Exc. n'essa fingida declaração? Se o Exm. Sr. Penna não quer ser Deputado por esta Provincia, para que se tem prestado a tantas perseguições? Para que continua n'esse systema de inversão tão reprovado pelo Gabinete actual? Para que se entregou corpo e alma nas mãos de uma Camarilha tão odiada pelos Maranhenses? Porque consente que no Palacio do Governo se reúnam os clubs dessa facção, e n'elles se concertem planos de anarchia e desordens, e até se decretm assassinatos de algumas pessoas influentes? Porque não tem enraço dos interesses da Provincia? Porque consagra e dedica todo o tempo da sua presidencia a uma politica vergonhosa e miseravel? Para que tanta dedicacão a Camarilha, a ponto de lhe sacrificar um partido numeroso que apoia sinceramente o Gabinete actual? He deste modo que se governa bem uma Provincia? Quem pois se deixará illudir pelas palavras calculadas do Sr. Hercules Ferreira Penna? Certo ninguém se persuadirá que S. Exc. sem algum grande interesse occulto tenha por tal modo esposado os odios e vinganças dessa facção; nem he crível que S. Exc. assim tenha contrariado a politica do Governo Imperial n'esta Provincia, e descida a tantas abjeções unicamente para fazer o Sr. Paço Deputado. He pois S. Exc. candidato, e tanto assim he que para o interior chovem recommendações a fim de se não deixar de incluir o nome de S. Exc. na chapa da Camarilha, e n'este caso ai da Provincia em que he candidato um tal Presidente...

—O nosso prestante correligionario o Sr. Bernardo de Sousa Roza será defendido em o n. seguinte das imputações calumniosas que lhe fiverão os cinco Vereadores anarchistas na Representação que levarão á presença do Governo.

Nesta typ. preceisa-se d'um compositor.